

A Cuba pós-Fidel

Por Flávia Carbonari

Valor Econômico, 31/07/2009

A transição cubana mostra que as bases do regime castrista vão além de seu personagem principal e que as mudanças não poderão ser guiadas pelos EUA.

Desde a revolução de 1959, Cuba ocupa um lugar especial no imaginário dos americanos. Durante a Guerra Fria foi o inimigo mais próximo, fantasma do comunismo logo ao lado. O influxo de refugiados, cerca de 1 milhão desde a chegada de Fidel Castro ao poder, e sua ativa atuação política, sobretudo no grande colégio eleitoral da Flórida, passaram a fazer da ilha tema obrigatório de todas as campanhas eleitorais dos Estados Unidos. É o único país que americanos estão proibidos de visitar e o objeto do mais longo e inclusivo embargo do mundo. É nesse contexto que uma série de mitos e imagens se consolidaram nos Estados Unidos, sendo talvez o maior deles o de que a revolução morreria com a saída de Fidel.

Mas a transição pacífica e gradual iniciada em 2006 mostrou que as bases do regime castrista vão além de seu personagem principal, e as mudanças desejadas pelos próprios cubanos não poderão ser guiadas pelos EUA. Isso é o que demonstram, em obras lançadas recentemente, dois dos maiores especialistas de Washington. Com visões semelhantes sobre o assunto, Julia Sweig, diretora de estudos para América Latina do Council on Foreign Relations, e Daniel Erikson, um dos nomes de destaque do Inter-American Dialogue, trazem detalhes da Cuba que o americano ainda não viu ou sequer ouvir falar. Os dois livros compõem um retrato único do passado, presente e dos possíveis futuros para o último reduto efetivamente comunista da América Latina, expondo as veias de uma nação e de um conflito mais mistificados do que compreendidos.

Na base das duas análises estão as raízes que fundamentaram, até hoje, a relação mais esquizofrênica entre dois países no continente e certamente influenciarão o que há por vir. Em entrevista ao *Valor*, os dois autores criticaram a histórica posição dos Estados Unidos com relação a Cuba e, num tom mais cético do que otimista, fizeram observações sobre as possíveis mudanças sob Barack Obama e Raúl Castro.

Em um formato didático de perguntas e respostas, parte de uma nova série da editora Oxford que traz grandes especialistas para falar sobre diversos temas, "Cuba - What Everyone Needs to Know" (Cuba, o que todos precisam saber, Oxford University Press, 304 págs.), de Julia Sweig, começa com uma emocionada descrição da autora sobre sua última visita a Cuba, no ano passado, na qual se lembra das primeiras imagens guardadas 25 anos antes, durante sua estreia na ilha. "Irreconhecível", define. Os subsídios e a presença militar soviética já não existem, não há planos quinquenais ou a monocultura do açúcar dirigindo a economia e o isolamento diplomático é coisa do passado.

A principal mudança, no entanto, talvez seja mais simples, porém menos óbvia: a ausência de Fidel. Nas ruas, nos discursos, no cotidiano de uma população cuja maioria (70%) praticamente só conviveu com a sua figura no poder, a presença do líder da

revolução, que se mantém ativo por meio de suas "Reflexões" diárias no periódico oficial "Granma", é outra. Está nas instituições deixadas por ele, que, embora ineficientes e sem transparência, continuaram funcionando depois da sua saída. "Cuba está seguindo seu caminho", diz a autora.

Na análise das características e transformações políticas, econômicas, sociais e culturais intrínsecas à ilha, Julia leva ao leitor dimensões do regime que vão além de Fidel. Seja na hora de explicar a sobrevivência depois do colapso da União Soviética em 1991, os desafios superados frente a dez presidentes americanos ou a transição tranquila dos últimos anos, a especialista é enfática: a revolução cubana persiste até hoje porque surgiu e cresceu "dentro de casa" e, como já se pode ver, "não é apenas um produto de carisma e repressão".

Para Julia, seja qual for o modelo adotado com Raúl e o processo de relativa abertura já iniciado, "ele continuará sendo chamado socialismo, porque existe um consenso enraizado na sociedade cubana de que o Estado deve prover uma série de benefícios sociais, e continuará sendo um socialismo cubano".

Enquanto a passagem histórica de Julia sobre Cuba e sua relação com o mundo partem dos tempos pré-coloniais, Erikson centra sua análise nos últimos 20 anos da revolução. Baseado em uma série de viagens do autor à ilha e em mais de 50 entrevistas com oficiais do regime comunista, cubano-americanos em Miami ou políticos em Washington, "The Cuba Wars: Fidel Castro, the United States and the Next Revolution" (As guerras de Cuba: Fidel Castro, os Estados Unidos e a próxima revolução, Bloomsbury Press, 352 págs.) traça futuros cenários para Cuba e suas relações com os EUA na era pós-Fidel, a partir da voz dos principais atores desse processo.

"As guerras de Cuba são os conflitos que separam os EUA e Cuba mesmo com todos os laços políticos, econômicos e culturais que os unem e fazem parte da realidade dos dois países", explica o autor. A política da potência americana para a ilha, odiada no exterior e hoje rechaçada por 60% dos americanos, segundo o Instituto Gallup, nasceu durante a Guerra Fria baseada na ameaça comunista. Com o fim da União Soviética, foi reconstruída sob as premissas de um novo objetivo: restaurar a democracia em Cuba. Hoje, esse objetivo é a grande pré-condição para o fim do embargo, uma demanda que Erikson considera demasiado alta e com a qual Raúl Castro já anunciou não estar aberto a negociar.

Esse impasse ilustra, em parte, o segundo conceito introduzido no livro: a "próxima revolução". Esta seria feita de expectativas de mudanças criadas dentro de Cuba nos últimos anos e sobre a política dos EUA para a ilha com a chegada de Obama. A obra detalha, ainda, as origens dessa revolução. Conta, por exemplo, como durante os 19 meses de seu governo transitório, de meados de 2006 ao início de 2008, Raúl teria convidado a população cubana a debater reformas econômicas e em seguida apresentado um relatório à Assembleia Nacional com cerca de 1,3 milhão de reclamações. Com esse ato, ele teria iniciado, talvez não intencionalmente, a "próxima revolução cubana" definida por Erikson.

Uma série de pequenas medidas concretas foram adotadas logo depois da passagem de poder oficial, em fevereiro de 2008. Raúl liberou, por exemplo, o consumo de diversos produtos antes disponíveis, legalmente, apenas para estrangeiros; legalizou o uso

privado de telefones celulares; e instaurou um sistema de méritos para a maioria dos funcionários públicos. No entanto, o ritmo da mudança desacelerou nos meses seguintes, em grande parte por causa das crises dos alimentos, do petróleo e financeira e aos furacões que consumiram 20% do PIB cubano. As expectativas da revolução voltaram a ficar suspensas.

Do outro lado, as esperanças de uma nova política para Cuba aumentaram com o retorno dos democratas à Casa Branca. Obama prometeu - e cumpriu - eliminar as restrições às viagens de cubano-americanos à ilha e iniciar o diálogo com a nação ainda vista como inimiga. No entanto, dizem os dois autores, suas propostas foram desde o início modestas e limitadas. "Obama não mudou a tradicional política dos Estados Unidos em relação a Cuba; simplesmente desfez os passos para trás que o governo Bush havia dado", afirma Julia.

Para ela, o fato de a transição de poder ter ocorrido de forma tranquila e estável na ilha, sem provocar nenhum tipo de crise, contribui para que não haja maior pressão para uma mudança mais brusca na política americana. Essa guinada requererá forte liderança e esforço do presidente dos EUA, mas as prioridades de seu governo continuam mais voltadas para o Oriente Médio.

Além disso, desde que o embargo tomou forma de lei, em 1996, qualquer presidente necessita de aprovação do Congresso para alterar as sanções, e Cuba é prioridade para poucos congressistas. Por outro lado, avalia Erikson, os próprios países da região estão mandando o recado de que o reengajamento dos EUA com a América Latina tem de necessariamente passar por Cuba, como ficou evidente nos últimos grandes encontros de líderes latino-americanos, que puseram o assunto no topo da agenda de debates.

O Brasil, principalmente, estaria cumprindo importante papel de interlocutor nesse processo, acrescenta Julia. "O Brasil está ajudando Washington a ver os méritos de inaugurar uma nova era de relações bilaterais com Cuba, não apenas para os próprios EUA, mas para o continente como um todo", diz a especialista. "Esta é a primeira vez que tanto Washington como Havana aceitam esse tipo de interlocução externa." Esse papel diplomático assumido pelo Brasil estaria, ainda, equilibrando a influência de Hugo Chávez no processo. Internamente, no entanto, nem Brasil, nem Venezuela, nem EUA têm a capacidade de exercer alguma influência direta sobre o andamento das reformas políticas e econômicas, que continuarão ocorrendo ao ritmo cubano, concordam os dois autores.

Passados 50 anos da revolução, Cuba segue hoje sem seu líder original. Vive um socialismo diferente, flertando com a abertura de mercado e com uma incipiente possibilidade de mudar as relações com o país que desde a independência assombra sua soberania e instiga seu nacionalismo. Nos últimos três anos, o que se viu na ilha foi a evolução de um governo mais moderado, pragmático e menos ideológico. O número de prisioneiros políticos nesse período foi reduzido em quase um terço e estreitos canais de diálogo com a população começaram a ser abertos.

No entanto, a migração para um sistema democrático, como concebido no Ocidente, está longe de se concretizar e distante dos planos do governo de Raúl Castro. Décadas de hostilidade oficial com os EUA tampouco serão facilmente apagadas, nem mesmo por Obama. O futuro político dos 11 milhões de cubanos hoje residentes na ilha

dependerá, em última instância, da oportunidade de escreverem o próprio destino, conclui Erikson. Enquanto isso, as guerras de Cuba continuarão em Havana, Miami e Washington e a próxima revolução permanecerá apenas no plano das expectativas.